

## **Juventudes, participações e competências infocomunicacionais: possibilidades e desafios plurais<sup>1</sup>**

Daniela SILVA<sup>2</sup>  
Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA

### **RESUMO**

As juventudes são tratadas no plural para contemplar a diversidade de jovens que existem no Brasil. A mesma pluralidade cabe nas discussões sobre a participação, que ganha um novo impulso com a Internet e, sobretudo, com o uso das redes sociais digitais. Essa expansão de possibilidades se dá na mesma medida em que surgem desafios específicos dos ambientes digitais, que se somam às desigualdades na garantia de direitos, como a educação e a Internet, impactando na própria participação. Este artigo propõe uma discussão de natureza teórica, a partir de conceitos da área comunicacional - como competências infocomunicacionais - e da política, como participação. Como resultado, evidencia a importância de aprofundar essas discussões, considerando o contexto de desigualdades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jovens; Competências Infocomunicacionais; Participação; Desigualdades.

Em um regime democrático como o brasileiro, a participação política pode ser exercida de diversas formas, sendo o voto nas eleições uma das mais conhecidas. Ao longo da história democrática, novas práticas de participação política têm surgido, assim como os elementos teóricos e conceituais relacionados a essa evolução.

As juventudes<sup>3</sup> fazem parte dessa trajetória democrática no país, atuando em momentos políticos que se transformaram em marcos pela luta por direitos coletivos e justiça social (CARRANO, 2012; GOHN, 2018; BOGHOSSIAN, MINAYO, 2009; SPOSITO, 2009).

Nesta década, as juventudes protagonizaram manifestações políticas significativas, tendo as redes sociais digitais como ponto de encontro para as mobilizações

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, Brasil. Integrante do Grupo de Estudos Comunicação, Política e Redes Digitais (CP-Redes). Bolsista CNPQ, Brasil. E-mail: daniela.assis@ufba.br.

<sup>3</sup> O termo no plural “Juventudes” é adotado neste estudo como forma de respeitar os múltiplos modos de ser jovem entre 15 e 29 anos (Ministério da Educação e UNESCO, 2007).

que desencadearam na presença expressiva de jovens<sup>4</sup> nas ruas. Foi assim com o movimento nacional Passe Livre em 2013<sup>5</sup> e o movimento de ocupação das escolas públicas (2015 e 2016)<sup>6</sup> e também com os protestos contra os cortes orçamentários na educação pelo governo federal (2019)<sup>7</sup>.

Segundo Gohn (2018), os jovens têm sido maioria nas manifestações de protesto que vêm ocorrendo em espaços públicos no Brasil desde 2013, e é cada vez mais intenso o uso de redes sociais digitais como ferramentas de articulação e mobilização. Com a Internet, o conceito de participação política exige novas compreensões, assim como surgem demandas de novas competências para participação na vida política (Borges, 2011).

Entre as competências demandadas, estão as chamadas infocomunicacionais propostas por Borges (2011), que se referem às competências informacionais (capacidade de localizar, avaliar e aplicar a informação) e comunicacionais (necessidade de estabelecer relações, negociar, argumentar) por meio de ferramentas digitais (capacidade de manusear computadores e artefatos eletrônicos, as chamadas competências operacionais).

No entanto, o desenvolvimento de competências infocomunicacionais pelos jovens pode estar sendo limitado pelas violações de direitos, como o direitos à educação e à Internet, que impactam no direito à participação. Esse artigo faz parte de um recorte da pesquisa de doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia<sup>8</sup>.

Após essa introdução, este artigo apresenta uma breve contextualização das desigualdades que impactam a vida dos jovens no país. Em seguida, parte-se para uma discussão teórica sobre os conceituais de participação, contemplando as repercussões do uso da Internet nas diversas formas de exercício da cidadania. E propõe-se uma reflexão

---

<sup>4</sup> O Estatuto da Juventude classifica como jovem todo cidadão brasileiro com idade entre 15 e 29 anos.

<sup>5</sup> As manifestações do Movimento Passe Livre ocorreram em junho de 2013 contra o aumento da tarifa de transporte público em São Paulo e se disseminaram pelo país. “Tais manifestações aconteceram, inicialmente, sob a bandeira do Movimento Passe Livre (MPL), uma organização formada por jovens e que se declara sem a existência de uma liderança, mas múltiplas vezes que se alternam na busca de mudanças sociais e econômicas que visam beneficiar a população” (BERNARDINI, GOBBI, 2014).

<sup>6</sup> “O processo de mobilização iniciou-se com manifestações de descontentamento e indignação dos estudantes nas redes sociais e se alastrou rapidamente, com abaixo-assinados, protestos, passeatas e, finalmente, ocupações de escolas [...]” (MORAES, XIMENES, 2016, p.55).

<sup>7</sup> <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/30/cidades-brasileiras-registram-atos-em-defesa-da-educacao.ghtml>. Acesso em 02/10/2020.

<sup>8</sup> A tese em desenvolvimento analisa a relação entre competências infocomunicacionais e participação política (on-line e off-line) de jovens de Salvador (Bahia, Brasil).

---

sobre as possibilidades de fortalecimento da participação a partir da efetivação de direitos e de competências infocomunicacionais.

### **Contexto de desigualdades**

Falar de juventudes, competências infocomunicacionais e participação política requer considerar o contexto de desigualdades no Brasil. Não faltam razões para os jovens reivindicarem direitos no país. A seguir algumas das evidências de que os jovens estão entre as principais vítimas de violações de direitos básicos.

O direito essencial à vida, por exemplo, não é assegurado para uma parcela significativa dos jovens brasileiros. Das vítimas de homicídio no Brasil, 53,3% (30.873 indivíduos) do total eram jovens em 2018. Essa é considerada a principal causa de mortalidade das pessoas entre 15 e 29 anos, de acordo com o Atlas da Violência 2020. Esse fenômeno é ainda mais cruel entre os jovens negros do sexo masculino.

Entre as vítimas de homicídio em 2018, 75,7% eram negros (soma de pretos e pardos), representando uma taxa de 37,8 homicídios por 100 mil, contra 13,9 entre os não negros (soma de brancos, amarelos e indígenas), ou seja, para cada indivíduo não negro morto em 2018, 2,7 negros foram mortos. No comparativo entre 2008 e 2018, houve um aumento de 11,5% nas taxas de homicídio de negros, enquanto para os não negros houve uma diminuição de 12,9%.

Quando analisados os dados sobre desemprego no país, são os jovens de 18 a 24 anos que figuram entre as maiores taxas: 29,7% entre os jovens no 2º trimestre de 2020 contra 13,3% da população geral, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).<sup>9</sup> Quando avaliado o cenário entre pretos, pardos e brancos, a taxa também varia substancialmente: pretos (17,8%), pardos (15,4%) e brancos (10,4%).

Como consequência do desemprego, são os jovens os mais afetados pela perda de renda durante a pandemia do COVID-19. Entre o primeiro e o segundo trimestre deste ano, os brasileiros de 15 a 19 anos viram a renda recuar em 34,2% e o grupo com idade entre 20 e 24 anos vivenciou uma perda de 26%, de acordo com o Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social)<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> O IBGE divulgou os dados do segundo trimestre de 2020 em 28 de agosto 2020.

<sup>10</sup> Pesquisa disponível em: <https://cps.fgv.br/destaques/fgv-social-lanca-pesquisa-efeitos-da-pandemia-sobre-o-mercado-de-trabalho-brasileiro>. Acesso em 10.10.2020.

Esses fatores de ordem econômicas estão entre os principais que comprometem a educação dos jovens, segundo dados da Síntese de Indicadores Sociais 2019 do IBGE<sup>11</sup>. Em 2018, por exemplo, 11,8% dos jovens pobres de 15 a 17 anos abandonaram a escola antes de concluir o ensino médio. No mesmo período, o percentual entre os jovens mais ricos foi de 1,4%, ou seja, percentual oito vezes menor do que dos jovens mais pobres.

Em termos de acesso à Internet, as desigualdades socioeconômicas também são evidentes. Atualmente, um em cada quatro brasileiros não tem acesso à Internet, aponta a TIC Domicílios 2019<sup>12</sup>. E entre os conectados na rede, 58% usam, exclusivamente, o telefone celular. Entre as classes D e E, esse percentual sobe para 85%.

A TIC Kids Online Brasil 2019<sup>13</sup> também traz dados reveladores da disparidade entre usuários da Internet com idade entre 9 a 17 anos. Embora 89% dessa população seja de conectados, cerca de 1,8 milhões não são usuários de Internet, e 4,8 milhões deles moram em domicílios sem acesso à rede.

O acesso exclusivo pelo telefone celular e a falta de conectividade nos domicílios são limitações que merecem a atenção das políticas públicas, sobretudo no contexto da pandemia que estamos enfrentando. Tais fatores dificultam, por exemplo, a continuidade das atividades de ensino e aprendizagem a distância, avalia Alexandre Barbosa, gerente do Cetic.br<sup>14</sup>.

O celular é o principal dispositivo de acesso à internet para 95% dos jovens brasileiros, e único para 58% deles. Para as classes D e E, esse percentual chega a 73%. Entre as atividades realizadas on-line pelos jovens, estão: atividades multimídia, de comunicação, educação e busca por informações.

No momento em que grande parte das relações e atividades sociais estão acontecendo pela internet, as barreiras e desigualdades podem estar ficando ainda maiores (...) Precisamos de medidas estratégicas e políticas públicas que estejam pautadas na universalização do acesso e na equidade do

---

<sup>11</sup> Pesquisa do IBGE disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25883-abandono-escolar-e-oito-vezes-maior-entre-jovens-de-familias-mais-pobres>. Acesso em 10.10.2020.

<sup>12</sup> A TIC Domicílio 2019, que mede os hábitos e comportamento de usuários da internet brasileira, foi divulgada em 26 de maio de 2020, pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br). Disponível em: <https://cetic.br/pesquisa/domicilios/>. Acesso em 05.10.2020

<sup>13</sup> A pesquisa TIC Kids Online Brasil 2019 foi divulgada no dia 23 de junho de 2020 pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br). Disponível em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/kids-online/>. Acesso em 05.10.2020

<sup>14</sup> Depoimento divulgado na página do Cetic.br: <https://cetic.br/pt/noticia/criancas-e-adolescentes-conectados-ajudamos-pais-a-usar-a-internet-revela-tic-kids-online-brasil/>. Acesso em 06.10.2020.

---

uso<sup>15</sup>, afirma Luísa Adib Dino, coordenadora da pesquisa TIC Kids Online Brasil 2019.

Todas essas variáveis de desigualdade no Brasil merecem ser consideradas nos estudos sobre as competências infocomunicacionais e sobre a participação política dos jovens. A seguir, uma discussão teórica sobre esses conceitos e a necessidade de também mantê-los atualizados e contextualizado a partir das dinâmicas socioeconômicas.

### **Discussão Teórica**

#### **Participações e Competências Infocomunicacionais**

Os conceitos clássicos de participação política estão relacionados, necessariamente, à participação em períodos eleitorais, no entanto, na sociedade atual, os focos de poder e de decisão são mais amplos e menos centralizados, assim como as formas de participação também têm se diversificado.

Como consequência, amplia-se a atenção para as novas modalidades de participação que os jovens exercem dentro do ciberespaço (HERNÁNDEZ-MERAYO, ROBLES-VÍLCHEZ, MARTÍNEZ-RODRÍGUEZ, 2013; FEIXA, FERNÁNDEZ-PLANELLAS, FIGUERAS-MAS, 2016) e como estas se relacionam com as formas tradicionais de participação política. Autores defendem que existe uma forte relação entre ambos os tipos de participação: on-line e off-line (DE LA GARZA MONTEMAYOR, PEÑA-RAMOS, LÓPEZ, 2019; GIBSON, CANTIJOCH, 2013; RIBEIRO; BORBA, HANSEN, 2016).

Este artigo adota o conceito de participação política como um conjunto de ações e atitudes de pessoas com o propósito de influenciar o sistema político (PASQUINO, 1996) e reconhece os jovens como sujeitos sociais e históricos capazes de articular culturas próprias de seus grupos de idade, as chamadas culturas juvenis (FEIXA, 2004).

Também se admite a capacidade da Internet de ampliar as possibilidades de participação política on-line e off-line (CARRANO, 2012; DE LA GARZA MONTEMAYOR, PEÑA-RAMOS, LÓPEZ, 2019), embora o uso de tecnologias digitais, por si só, não determine o exercício da participação política. Depende, sobretudo,

---

<sup>15</sup> Entrevista concedida ao Portal Porvir em 03.07.2020: <https://porvir.org/desigualdades-sociais-e-culturais-impactam-jovens-na-internet-diz-pesquisa/>. Acesso em 06.10.2020.

---

da motivação dos sujeitos, do uso que faz da Internet e do contexto (MAIA, GOMES, MARQUES, 2011).

Admite-se, no entanto, que as redes sociais favorecem a extensão do alcance das ações e o surgimento de novas formas de atuação política na contemporaneidade (DE LA GARZA MONTEMAYOR, PEÑA-RAMOS, LÓPEZ, 2019).

Desde o momento da mobilização ao desenvolvimento das ações de engajamento e protesto, os dispositivos tecnológicos digitais estão cada vez mais presentes (DE LA GARZA MONTEMAYOR, PEÑA-RAMOS, LÓPEZ, 2019; HERNÁNDEZ-MERAYO, ROBLES-VÍLCHEZ, MARTÍNEZ-RODRÍGUEZ, 2013).

Os novos movimentos sociais são impensáveis sem as transformações dos espaços de comunicação que a inovação tecnológica implica com o surgimento da internet e da telefonia móvel multifuncional (...) essas tecnologias compõem uma nova ecologia da comunicação que afeta todos. (REGUILLO, 2017, p.147).

As novas formas de ativismo político no ciberespaço, no entanto, não significam uma ruptura ou substituição das formas tradicionais de participação política off-line. Existe, ao contrário, uma relação de complementariedade entre a participação on-line e off-line (DE-LA-GARZA-MONTEMAYOR, PEÑA-RAMOS, RECUERO-LÓPEZ, 2019; OSER, HOOGHE, MARIEN, 2013; PASQUINO, 2010). O mesmo cuidado se faz necessário ao estudar as novas formas de participação dos jovens.

Uma das hipóteses mais correntes no debate sobre a participação contemporânea dos jovens é a que reconhece as novas formas de participação política dos jovens: o lugar da cultura, os agrupamentos em torno de novas temáticas relacionadas ao campo simbólico, aos usos da internet e redes sociais virtuais etc... É preciso cuidar, contudo, para evitar a ocorrência de uma espécie de ruptura epistemológica apressada que desprezaria as tradições da militância estudantil, partidária e sindical. (CARRANO, 2012, p.93)

Identificar as novas formas de fazer política tem sido o objetivo do projeto “Mapa da Inovação Política”<sup>16</sup>, iniciado em 2015 e que já identificou 700 práticas políticas emergentes de 21 países da América Latina. Para uma das responsáveis pelo mapeamento, a cientista social Beatriz Pedreira, há desconexão entre a política institucional e como os

---

<sup>16</sup> Instituto Update é responsável pelo projeto de pesquisa que está mapeando novas formas de olhar e fazer política: <https://tendencias.institutoupdate.org.br/> Acesso em 04/10/2020.

---

jovens atuam politicamente, uma vez que eles não conseguem se aproximar dos partidos políticos,

porque a forma como elas (as instituições, os partidos) se organizam não dialogam com a sua realidade (do jovem). Ele passa então a criar a sua maneira de atuar. Não que ele esteja negando os partidos, ele até reconhece, mas essa forma de fazer política não lhe representa<sup>17</sup>, comenta Beatriz Pedreira.

Gohn (2018) defende que os jovens têm sido maioria nas manifestações de rua desde 2013, embora, naquela época, sem pretensão de integrar estrutura do estado ou do poder público estatal, “porque seus referenciais sobre a cidadania são outros, especialmente os autonomistas, em que a cidadania é civil, cidadã, não institucionalizada”.

Gohn (2018) também evidencia que, a partir de 2014, surgem novos modelos de mobilizações, lideradas por jovens ativistas virtuais, dessa vez com aspirações mais voltadas para o plano político do governo federal, na época em que ocorreu o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff.

Alguns deles, a exemplo do Movimento Brasil Livre, tinham ambições relacionadas à política partidária e conseguiram eleger representantes para cargos públicos e eleitorais, com pautas liberais e críticas à corrupção e às formas de governo. Entre 2013 e 2017, outros grupos de jovens vem atuando como coletivos ou como “movimento social”, como o Levante Popular da Juventude, também próximo dos modelos de movimentos políticos partidarizados. Ambos são compostos de múltiplos atores e agendas.

Por isso, destacamos que os movimentos e coletivos de jovens, na atualidade, não são homogêneos: alguns adotam práticas democráticas e tentam pautar novos direitos sociais (passe livre, por exemplo); outros tensionam e enfraquecem a democracia, ao questionar direitos, como projetos do tipo “Escola sem Partido” e outros. (GOHN, 2018, p. 130).

A democracia ampliou-se, portanto, hospedando grupos, movimentos com repertórios diversos e distantes dos movimentos clássicos - como sindicatos, partidos e movimentos populares de lutas pela terra e por moradia, ou mesmo dos movimentos

---

<sup>17</sup> Depoimento em reportagem publicada em 21/06/2016:

<https://fundacaotidesetubal.org.br/noticias/3693/participacao-politica-e-engajamento-da-juventude-na-mobilizacao-social-ganham-novos-contornos-em-busca-de-uma-democracia-mais-justa> | Acesso em 09/10/2020.

criados a partir da década de 1980, que nasceram a partir de reivindicações relacionadas à identidade de gênero, cor/raça, faixa etária, demandas ambientalistas, anticapitalistas, entre outras.

A participação do jovem na política tem sido interpretada por diversos autores, que apontam olhares múltiplos e, muitas vezes, conflituosos. Diferente dos argumentos de Gohn, por exemplo, que vê efervescência na participação dos jovens, há quem veja um afastamento desse público da política (WEIRICH, DE AZEVEDO, 2020), avaliado principalmente pela redução do comparecimento eleitoral.

Para outros autores, os jovens estão migrando da participação convencional para a participação em repertórios não convencionais, sobretudo, em economias mais desenvolvidas, uma vez que se tornaram cidadãos mais críticos e descontentes com a política institucional, em função de mais oportunidades de acesso ao desenvolvimento material e cognitivo.

A participação política dos jovens, portanto, tornou-se independente de instâncias tradicionais, como os partidos políticos, que são mais burocráticas e com modelo de organização mais vertical, substituindo-as por formas de ativismo mais horizontais e mais flexíveis (ALONSO, MISCHÉ, 2016; DALTON, 2009).

Nessas novas formas de expressão surgiram coletivos, movimentos e grupos mais anárquicos ou espontâneos (FALCHETTI, 2017; GOHN, 2018), outros mais conservadores, reacionários ou “patriotas” (ALONSO, 2017), além de agregarem os grupos mais convencionais, vinculados a partidos.

Em comum o fato de as ações políticas serem facilitadas pelas tecnologias digitais. No entanto, estar conectado à Internet e saber utilizar os recursos digitais para fins políticos e de cidadania demandam, pelo menos, dois direitos essenciais: educação (crítica, seja formal e/ou informal) e conectividade.

Não à toa a escolaridade é um dos fatores associados à participação política dos jovens em modalidades contestatórias como protestos: quanto maior escolaridade, maior participação, além de interesse prévio por política. Entre os mais importantes preditores das formas convencionais também está a escolaridade. (BORBA, RIBEIRO, 2010; KRISCHKE, 2004; NORRIS, CURTICE, 2006).

Da mesma forma que a educação é pré-requisito para a participação, em qualquer das modalidades, lançar mão da Internet e, portanto, da informação e da comunicação para propósitos políticos também requer recursos educacionais que, aqui neste artigo, usa-



---

se o recorte de um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes, denominadas de competências infocomunicacionais.

### ***New Media Literacy e competências infocomunicacionais***

O uso dos ambientes on-line para mobilização e engajamento dos jovens para ações coletivas foi evidenciado, com maior intensidade, nas manifestações a partir de 2013, sem desconsiderar que as formas mais tradicionais de participação política também têm se adaptado aos recursos digitais de acessar, produzir, consumir, disseminar e se comunicar na rede.

Esse contexto de novas dinâmicas on-line de sociabilidade viabilizam tanto a continuidade de antigas práticas políticas quanto fomentam a emergência de novas, requerendo do jovem competências adequadas à Internet enquanto “um ambiente, uma incubadora de instrumentos de comunicação e não uma mídia de massa, no sentido corrente do termo” (LEMOS, 2003, p.15).

Entre as competências necessárias para atuação na vida política que se passa nos ambientes on-line, destaca-se as infocomunicacionais, definidas por Borges (2011) como a capacidade de localizar, avaliar e aplicar a informação (competências em informação) e a necessidade de estabelecer relações, negociar, argumentar (competências em comunicação), usando ferramentas digitais, que exigem competências operacionais.

Para Gohn (2018), muitos gestores públicos e representantes institucionais civis estão distantes dos jovens porque não perceberam as novas formas de sociabilidade e comunicação geradas pelas redes e mídias sociais. São nesses espaços on-line que as juventudes têm vivido novas experiências de participação diferentes dos modelos tradicionais.

Nesse contexto de Internet permeando as relações sociais e políticas da sociedade, é demandado do cidadão conhecimentos, habilidades e atitudes condizentes com uma cultura mais participativa. É o que defendem os estudos de New Media Literacy (NML), que trata de competências e habilidades sociais necessárias para o pleno envolvimento nos ambientes digitais e interação com comunidades (JENKINS, 2009).

Ao propor a cultura da convergência, Jenkins (2009) aponta a necessidade de evoluir da cultura da interação para a cultura da participação. A expressão cultura

participativa do autor se contrapõe aos padrões antigos de passividade dos espectadores dos meios de comunicação tradicionais que permaneceram assim até a ruptura da produção e distribuição centralizada nas mídias convencionais.

A cultura da convergência, portanto, não se concretiza por meio dos aparelhos tecnológicos, mas sim nas interações sociais estabelecidas pelos indivíduos, que passam a ter a possibilidade de serem mais atuantes e colaborativos. Cada um processa fragmentos informacionais frutos do fluxo midiático e, durante a comunicação com o outro, pode gerar produções coletivas de significados que podem transformar concepções e modos de atuar na vida política, por exemplo.

Portanto, novas relações entre conhecimento e poder emergem na cultura da convergência, segundo Jenkins (2009), permitindo que produções participativas se configurem a partir do debate e construção colaborativa de pessoas com diferentes bases de conhecimento.

Desse modo, diferente da *Media Literacy* (ou alfabetismo midiático), que focava nas habilidades para o consumo crítico das mídias (UNESCO, 2003), a NML dá um passo adiante ao ressaltar a capacidade crítica perante a qualquer produção, inclusive, diante da produção do próprio indivíduo, bem como da sua distribuição e comunicação na rede. Essa é uma das bases teóricas das competências infocomunicacionais (BORGES, 2018).

A capacidade de pensamento crítico sobre o próprio comportamento perante a informação e a comunicação resulta no crescimento da consciência sobre si e sua relação com os objetos de informação e outras pessoas, levando não só a aperfeiçoar os processos com informação, mas refletir sobre ele e, assim, aprimorar as competências infocomunicacionais. (BORGES, 2018, p. 40)

No entanto, esse conjunto de competências, habilidades e atitudes não são natas, precisam ser estimuladas, desenvolvidas, aperfeiçoadas, continuamente, tantos nos ambientes formais de aprendizagem quanto nos informais.

### **Considerações Finais**

Diante das discussões teóricas postas e considerando o contexto de desigualdade no Brasil, este artigo evidencia que o nível de consciência crítica diante das informações e comunicações estabelecidas é essencial para a qualidade da participação política dos jovens na sociedade. Reconhece-se os processos de participação como tencionadores

---

importantes da democracia, exigindo cidadãos com competências infocomunicacionais cada vez mais sofisticadas.

Assim como a democracia enfrenta o desafio de repensar métodos de engajamento da população, é preciso assegurar os direitos dos jovens a uma educação crítica e emancipatória e uma Internet acessível e de qualidade para toda a população. Não que esses direitos excluam a necessidade dos demais, seja o direito à vida ou renda digna e outros considerados essenciais. No entanto, acredita-se que cidadãos conscientes e éticos tendem a ser mais comprometidos com o ideal de uma sociedade democrática, justa e humana e, portanto, mais atuantes no processo de luta pela garantia dos direitos universais.

A discussão proposta não é exaustiva e espera fomentar aprofundamentos e novas abordagens. As contribuições deste artigo são iniciais e um dos caminhos para novos avanços pode vir de uma escuta dos próprios jovens para entender seus desafios e potencialidades nos campos da comunicação e da política.

Ao mesmo tempo em que as tecnologias digitais possibilitam uma ampliação da esfera pública como campo frutífero para a participação política, é preciso avançar para contribuição dos jovens na elaboração, monitoramento e fiscalização de políticas públicas. O exercício da cidadania passa diretamente pela participação ativa e efetiva das juventudes.

## REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. A POLÍTICA DAS RUAS: Protestos em São Paulo de Dilma a Temer 1. *Novos Estudos*, p. 49-58, São Paulo, 2017.

ALONSO, Angela; MISCHÉ, Ann. Changing repertoires and partisan ambivalence in the New Brazilian Protests. *Bulletin of Latin American Research*, v. 36, n. 2, p. 144-159, 2017.

ALVES, Paloma Palmieri et al. *Atlas da violência 2020*. 2020.

BERNARDINI, Gleice; GOBBI, Maria Cristina. Levante Popular da juventude brasileira: saímos do Facebook. *Revista Mediação*, v. 15, n. 17, 2014.

BOGHOSSIAN, Cynthia Ozon; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. *Saúde e sociedade*, v. 18, p. 411-423, 2009.

---

BORBA, Julian; RIBEIRO, Ednaldo. Participação convencional e não convencional na América Latina. *Revista Latino-Americana de Opinión Pública*, v. 1, 2010. p. 53- 76.

BORGES, Jussara. Participação Política, Internet e Competências Infocomunicacionais: estudo com organizações da sociedade civil de Salvador. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, 2011.

BORGES, Jussara. Competências infocomunicacionais: estrutura conceitual e indicadores de avaliação. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 28, n. 1, p. 123-140, jan./abr, 2018.

CARRANO, P. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. *O social em questão*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 27, p. 83-100. 2012.

DALTON, Russel. J. *The good citizen: How a younger generation is reshaping American politics*. Washington: CQ Press, 2009.

DE LA GARZA MONTEMAYOR, Daniel; PEÑA-RAMOS, José Antonio; LÓPEZ, Fátima Recuero. La participación política online de los jóvenes en México, España y Chile. *Comunicar: Revista científica iberoamericana de comunicación y educación*, n. 61, p. 83-92, 2019.

FALCHETTI, Cristhiane. Da institucionalização da participação à emergência do autonomismo: tendências recentes da ação coletiva no Brasil. In: CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, Lima, Peru: LASA, 2017.

FEIXA, Carles. A construção histórica da juventude. *Jovens na América Latina*, p. 257-327, 2004.

FEIXA, C., Fernández-Planells, A. & Figueras-Maz, M. Generación Hashtag. Los movimientos juveniles en la era de la web social. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 14 (1), pp. 107-120, 2016.

GIBSON, Rachel; CANTIJOCH, Marta. Conceptualizing and Measuring Participation in the Age of the Internet: Is Online Political Engagement Really Different to Offline? *The Journal of Politics*, v. 75, n. 3, p. 701–716, 2013.

GOHN, M. G. Jovens na política na atualidade: uma nova cultura de participação. *Cad. CRH*, Salvador, v.31, n. 82, p. 117-133, jan./abr. 2018

HERNÁNDEZ-MERAYO, Elisa; ROBLES-VÍLCHEZ, M<sup>a</sup>-Carmen; MARTÍNEZ-RODRÍGUEZ, Juan-Bautista. Jóvenes interactivos y culturas cívicas: sentido educativo, mediático y político del 15M. *Comunicar: Revista Científica de Comunicación y Educación*, v. 20, n. 40, p. 59-67, 2013.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Rio de Janeiro: Indicadores IBGE. Trimestre Móvel, Abri-Jun. 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 05 de outubro de 2020.

IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira (SIS). Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. 2020. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25883-abandono-escolar-e-oito-vezes-maior-entre-jovens-de-familias-mais-pobres>. Acesso em 10.10.2020.

JENKINS, Henry. Cultura da convergência. Aleph, 2015.

KRISCHKE, Paulo. Perfil da juventude brasileira: questões sobre cultura política e participação democrática. Interthesis, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 1-27, 2004.

LEMOS, André. Olhares sobre a cibercultura. Porto Alegre: Sulina, 2003.

MAIA, R.C.M.; GOMES, W.; MARQUES, F.P.J.A. Internet e participação política no Brasil. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MORAES, C.S.V.; XIMENES, S.B. Políticas educacionais e a resistência estudantil. Educação & Sociedade. São Paulo, 2016.

NERI, Marcelo C. Efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho brasileiro: Desigualdades, ingredientes trabalhistas e o papel da jornada. FGV Social. Rio de Janeiro, RJ. Set/2020.

NORRIS, P.; CURTICE, J. If You Build a Political Website, Will They Come? The Internet and Political Activism in Britain. International Journal of Electronic Government Research, v. 2, n. 2, p. 1-21, Apr./July, 2006.

Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR - NIC.br: Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação: Pesquisa TIC Domicílio 2019, São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020. Disponível em: <https://cetic.br/pesquisa/domicilios/> Acesso em 05.10.2020.

Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR - NIC.br: Pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil: TIC Kids Online Brasil 2019. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020. Disponível em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/kids-online/> Acesso em 05.10.2020

OSER, J., HOOGHE, M., MARIEN, S. Is online participation distinct from offline participation? A latent class analysis of participation types and their stratification. Political Research Quarterly, 66(1), 91-101, 2013. <https://doi.org/10.1177/1065912912436695>

PASQUINO, Gianfranco et al. Participación política, grupos y movimientos. Pasquino, G. et al, p. 179-215, 1996.

PASQUINO, Gianfranco. Curso de ciência política. Lisboa: Principia, 2010.

REGUILLO, Rossana. Paisajes insurrectos. Jóvenes, redes y revueltas en el otoño civilizatorio. Barcelona: NED Ediciones, 2017.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; BORBA, Julian; HANSEN, Jaqueline Resmini. Participação on-line e off-line no Brasil: relações e condicionantes. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 67, n. 4, p. 497-523, 2016.

SPOSITO, M. P. (Org.). *O campo de estudos de juventude no Brasil: Estado da Arte (1999-2006)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. Disponível em: <http://www.uff.br/observatoriojovem>.

UNESCO. *Media education in the Pacific: a guide for secondary school teachers*, 2003. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000145760>. Acesso em: 10 de outubro de 2020.

WEIRICH, Fernanda; DE AZEVEDO, Domingos Sávio Campos. O que tem afastado os jovens da participação política? Uma análise do caso de São Borja-RS. *Conversas & Controvérsias*, v. 7, n. 1, p. e35149-e35149, 2020.